

Apoio aos Mais Pobres e Mais Vulneráveis em Programas de CLTS

DOCUMENTO DE REFLEXÃO
DO CLTS KNOWLEDGE HUB

Editores: Jamie Myers e Michael Gnilo

Setembro de 2017



unicef 
for every child

 **CLTS
Knowledge
Hub**
Strengthening and broadening
Community-led Total
Sanitation at scale

 **Sida**  **IDS** Institute of
Development Studies

Documento de reflexão encomendado e custeado pelo CLTS Knowledge Hub, que é financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, Sida. A Sida não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente aos autores

Índice

1. Introdução.....	3
1.1 Terminologia	4
2. Temas de Discussão	5
2.1. Reforço do Processo de CLTS	5
2.2. Identificação e Segmentação	9
2.3. Sequência dos Mecanismos de Apoio: otimizar e aumentar o CLTS	11
2.4 Funções e Responsabilidades	15
2.5 Os Diversos Mecanismos e Respective Riscos	17
3. Princípios Emergentes, Considerações e Recomendações.....	19
3.1 Princípios Emergentes para a Prática de CLTS.....	19
3.2 Considerações e Recomendações para o CLTS e Depois	21
4. Lacunas de Conhecimento e Prioridades de Pesquisa.....	23
5. Pontos de Acção.....	24
6. Bibliografia	26
Anexos.....	27
Lista de Participantes	27

Este relatório de um workshop foi estruturado e editado por Jamie Myers, CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, e Michael Gnilo, UNICEF. A redacção do relatório foi feita de forma participativa durante o workshop, encarregando-se os participantes de diferentes assuntos. Foram dados contributos por Alex Grumbly, Andrew Robinson, Chander Badloe, Clemente Bisserbe, Elmira Bacatan, Gabrielle Halcrow, Hang Hybunna, Hanh Nguyen, Jamie Myers, Janina Murta, Jeff Albert, Louise Maule, Michael Gnilo, Robert Chambers, Rolando Santiago, Sarah House, Stacey Townsend, Sudha Shrestha e Sue Cavill. O relatório dá conta de vários pontos de vista diferentes e não reflecte necessariamente a opinião de cada indivíduo ou das respectivas organizações.

Imagem da Capa: WC construído por homem com deficiência e família, numa aldeia perto de Tacloban, Filipinas. *Foto: Jamie Myers*

1. Introdução

Desde a sua criação há quase 20 anos, o Saneamento Total Liderado pela Comunidade (*Community-Led Total Sanitation*, CLTS) espalhou-se por mais de 60 países e teve como resultado milhões de pessoas em todo o mundo a viver em comunidades Livres de Fecalismo a Céu Aberto (*Open Defecation Free*, ODF). Esta abordagem afastou-se dos programas de saneamento orientados para subsídios, que muitas vezes levavam a construção desigual e utilização apenas parcial. Desde que se começou a implementar o CLTS em grande escala, porém, surgiram vários desafios. Estão a surgir dados que apontam para a necessidade de apoiar melhor as pessoas menos capazes de proporcionarem a si próprias instalações sanitárias acessíveis, sustentáveis e higiénicas.

Tendo isto em consideração, o CLTS Knowledge Hub, com sede no Institute of Development Studies, e a UNICEF organizaram um workshop em que se procurassem formas de apoiar os mais pobres e vulneráveis da região da Ásia. De 24 a 28 de Maio de 2017, os participantes, pessoas com experiência de trabalho em todo o continente asiático, reuniram-se em Tagaytay, nas Filipinas.

Porquê agora? Porquê o enfoque na Ásia?

Nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, afirma-se que devemos, «[a]té 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade». Este acordo global leva a que nos comprometamos a não deixar ninguém para trás.

Há estudos de sustentabilidade que mostram que o retrocesso é um risco sério e que é muito provável entre os menos capazes de construir e manterem sozinhos as instalações sanitárias (Cavill *et al.*, 2015).

À medida que o CLTS se foi ampliando, a implementação alargou-se a comunidades que não cumprem as condições favoráveis listadas no Manual de CLTS (Kar com Chambers, 2008). Os desafios enfrentados são os seguintes:

- Desafios ao nível das condições ambientais: lençóis freáticos altos, comunidades costeiras, solos rochosos ou arenosos e áreas propensas a inundações.
- Desafios sociais: comunidades heterogêneas, com múltiplas castas, várias religiões, e divisões de classes; comunidades em conflito com pouco capital social.
- Desafios institucionais: os recursos humanos nem sempre são suficientemente fortes para facilitar um padrão suficiente para o pré-despertar, despertar e seguimento do CLTS, para conseguir alcançar saneamento sustentável para todos em maior escala.

Nestas condições desfavoráveis, e mesmo em condições mais favoráveis, não podemos partir do princípio de que esteja a haver apoio intracomunitário espontâneo ou que os recursos comunitários disponíveis sejam sempre suficientes para fazer face aos desafios de saneamento.

Porquê centrar-se na Ásia? As políticas nacionais de saneamento, especialmente em certos países asiáticos, estabelecem padrões elevados para as latrinas que os menos capazes muitas vezes têm dificuldades em pagar e construir. Isso significa que também serão necessários serviços de manutenção e esvaziamento, com os respectivos custos adicionais. Embora o workshop e as experiências em que se baseou se centrem na Ásia, os princípios, considerações e recomendações são aplicáveis a programas em África e noutras partes do mundo.

Ao longo de cinco dias, os participantes partilharam lições da experiência adquirida e examinaram as oportunidades, e os prós e contras de diferentes abordagens para apoiar os mais necessitados. A discussão centrou-se principalmente em formas de reforçar os programas de CLTS existentes e de facilitar melhor o apoio intercomunitário, bem como em formas de introduzir mecanismos de apoio de fora da comunidade.

1.1 Terminologia

Os menos capazes

No título do workshop, utilizaram-se os termos «mais pobres e mais vulneráveis». À medida que o workshop foi avançando, porém, considerou-se que seria mais apropriado usar a expressão «menos capazes de proporcionar a si próprias saneamento acessível e sustentável», já que não são forçosamente os mais pobres e vulneráveis que têm mais dificuldades em construir e manter casas de banho.

Esta expressão também é problemática, todavia, especialmente quando abreviada para «os menos capazes». Acordou-se que seriam contactados actores não WASH com conhecimentos mais especializados para lhes pedir a sua opinião. Foram contactadas diversas organizações que trabalham com deficiência, que responderam à questão colocada.

O problema com o termo «menos capazes» é que ele se centra no que as pessoas não conseguem fazer, e não naquilo que elas conseguem fazer. Também implica uma hierarquia entre os capazes e os menos capazes, que poderia, sem querer, separar os menos capazes do resto da sociedade, podendo assim reforçar o equívoco de que essas pessoas são indefesas e devem ter assistência, como no modelo de caridade da deficiência/inclusão.

É importante notar, no entanto, que a inclusão não se deve limitar a pessoas com deficiência, já que podem não ser elas as menos capazes de se proporcionar a si próprias saneamento seguro e sustentável.

Ao decidir qual a terminologia preferida, destacou-se que os termos devem ser específicos para cada país, cada contexto e cada língua, o que implica a consulta de grupos de pessoas a definir, para dar prioridade às pessoas (House *et al.*, 2017a e b).

Isto exige mais discussões e consultas, portanto, com uma série de organizações diferentes. Para este relatório, decidimos usar o termo «menos capazes» no contexto da definição mais longa atrás indicada. No futuro, provavelmente será necessário outro termo.

Apoio

O termo «apoio» é utilizado em oposição a «subsídio», de modo a incluir uma gama mais ampla de opções, como sejam orientação/assistência técnica e facilitação do acesso a recursos fundiários/ espaciais/comunais. Sentiu-se que o termo «apoio» era muito mais abrangente que «subsídio», que muitas vezes é sinónimo de apoio financeiro ou material externo, com pouca participação da comunidade.

Embora isto não seja categórico, podem considerar-se duas grandes categorias de apoio:

1. *Facilitação e reforço do apoio intracomunitário*, incluindo trabalho manual gratuito; apoio técnico por parte de trabalhadores qualificados; recolha e fornecimento de materiais

comprados; empréstimos ou subvenções de poupanças comunitárias, grupos de poupança ou indivíduos mais ricos; mobilização de doações em dinheiro ou materiais; e negociação da autorização de utilização de um espaço.

2. *Apoio fornecido do exterior*, como sejam prestadores de serviços contratados; vales; descontos para consumidores/fornecedores; transferências monetárias condicionadas; e crédito subsidiado ou custos de transporte subsidiados.

Este relatório documenta as discussões do workshop, identificando alguns princípios, prioridades de pesquisa e próximos passos a dar. O que aqui está escrito não é exaustivo nem definitivo; é antes o início de um processo mais longo de pesquisa e envolvimento para o CLTS Knowledge Hub, o UNICEF e outros parceiros interessados do sector.

2. Temas de Discussão

2.1. Reforço do Processo de CLTS

Em muitos casos, o apoio aos menos capazes implicará a optimização do processo de CLTS, garantindo a qualidade das práticas de divulgação, envolvimento e mobilização da comunidade. Isto pode incluir:

- Procurar activamente pessoas e grupos que possam estar em desvantagem ou ser vulneráveis ou excluídos e garantir a sua participação em cada etapa do processo de CLTS.
- Escutar atentamente as pessoas que possam estar em desvantagem ou ser vulneráveis ou excluídas ao longo de um programa de saneamento.

Seguem-se sugestões de como reforçar o processo e torná-lo mais inclusivo, organizado de acordo com as etapas e tópicos do CLTS que abrangem programas inteiros.

O Ambiente Favorável: condições necessárias para que os programas cheguem a todos

Sugestões práticas:

- Reforçar as estratégias, orientações e guias de formação nacionais, de modo a incluírem/reforçarem a equidade e inclusão (E&I). Em alternativa, elaborar orientações adicionais para complementar as existentes.
- Ter conhecimento de diversas oportunidades para introduzir E&I em campanhas nacionais e outros esforços de advocacia e aproveitar essas mesmas oportunidades.
- Estabelecer ligações com organizações/grupos que não sejam de WASH e que representem grupos desfavorecidos ou tenham envolvido com sucesso as pessoas a quem é mais difícil chegar na concepção de programas em diversas alturas, para procurar nesses grupos aconselhamento e apoio. Podem ser organizações como as que se especializam em protecção social, deficiência, refugiados ou nas pessoas deliberadamente marginalizadas.
- Decidir o tamanho ideal da comunidade para facilitar considerações de E&I durante o despertar. Note, porém, que isso provavelmente dependerá muito do contexto contextual e pode diferir de região para região.
- Fazer sensibilização e desenvolvimento de capacidade a todos os níveis, desde Líderes Naturais e facilitadores de CLTS até funcionários do governo e dos parceiros de desenvolvimento.
- Fortalecer o ambiente favorável para E&I em todas as abordagens de saneamento rural; ou seja, fazer marketing de saneamento.

Preocupações:

- As estratégias e directrizes muitas vezes não chegam a ser lidas e não são utilizadas.
- Existe um risco de envolvimento simbólico de organizações que se especializam em questões específicas.
- O CLTS pode não fazer chegar a todos o saneamento gerido com segurança, sobretudo em contextos complicados. Por isso, pode ser necessária uma combinação de abordagens.

Exemplos:

- No Camboja, o Ministério do Desenvolvimento Rural publicou uma Directriz Nacional de WASH para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas (Cambodian Ministry of Rural Development, 2016).
- No Nepal, o Plano Director Nacional de Saneamento e Higiene faz referência específica aos ultrapobres (Government of Nepal, 2011).
- A WaterAid de Timor-Leste estabeleceu contactos e montou sistemas de encaminhamento para organizações de pessoas com deficiência, para apoiarem os programas e as comunidades. Isto é ilustrado num vídeo intitulado *Empowering People with Disabilities in Timor-Leste* («Empoderamento de Pessoas com Deficiência em Timor-Leste»), que mostra funcionários com deficiência, da sua própria equipa e das equipas dos parceiros, bem como pessoas com deficiência nas comunidades (WaterAid, 2017).
- O estudo de Igualdade e Não-Discriminação do Fundo de Saneamento Global (GSF) indica que é necessária capacitação para todo o pessoal do governo e das organizações implementadoras, bem como para os Líderes Naturais (House *et al.*, 2017a e b).

Monitoria, Avaliação, Aprendizagem: ajudar a garantir que os programas alcancem e apoiem eficazmente os mais necessitados.

Sugestões práticas:

- Realizar pesquisas formativas sobre questões específicas de E&I, como sejam deficiência, género e inclusão social dentro do governo, e divulgar junto dos líderes de aldeias e distritos.
- Incorporar E&I em bases de dados, recolhendo e analisando regularmente os dados, e tornando-os públicos, especialmente para grupos relevantes.
- Modelar/testar modificações de E&I em áreas onde os programas demonstraram ter produzido efectiva aprendizagem e mudança.
- Procurar e documentar resultados positivos das práticas locais de E&I nas comunidades. Quando se encontram estes resultados, garantir oportunidades de aprendizagem horizontal. Assegurar a participação de pessoas que estão em desvantagem, se possível realizando a aprendizagem e tendo também a oportunidade de partilhar as suas experiências.
- Acrescentar indicadores de E&I aos processos de verificação organizacionais e nacionais.

Preocupações:

- Há vantagens em manter as coisas simples. É importante considerar os prós e contras de ter muitos indicadores.
- Há um risco de não-utilização de sistemas complexos de dados e bases de dados.

Exemplos:

- A SNV, em parceria com os Governos do Nepal e do Butão, investigou os obstáculos à aceitação, incluindo deficiência, género e pobreza (Halcrow *et al.*, 2014)
- O SNV realizou sessões de aprendizagem e teve grupos de discussão na Internet sobre a parte final do processo e a obtenção da cobertura e uso totais (Murta, 2017).

- A SNV Nepal divulga resultados da pesquisa formativa junto dos comités de WASH do nível comunitário e discute como esta pesquisa pode ser usada, fazendo recomendações para estratégias distritais.

Pré-Implementação/Pré-despertar

Sugestões práticas:

- Fazer análises situacionais sobre vulnerabilidade, exclusão, questões de pobreza em diversas zonas e compreender as questões de exclusão
- Levar o governo/distrito a participar no trabalho preparatório relativamente a E&I, em termos de problemas prevaletentes na zona e sobre o que procurar.
- Analisar os sistemas nacionais existentes de segmentação dos agregados familiares, ponderando como é possível alinhar e melhorar a identificação pela comunidade.
- Procurar activamente os menos capazes/excluídos no âmbito do processo de pré-despertar e incentivar os líderes comunitários a garantirem activamente que toda a gente seja convidada para o pré-despertar, incluindo grupos desfavorecidos.
- Decidir se são necessários eventos de despertar separados – por exemplo, para mulheres, crianças ou grupos excluídos.

Preocupações:

- Há um risco de tornar os processos muito pesados. É precisa uma melhor compreensão de quem pode estar em desvantagem, ou ser excluído ou marginalizado, etc., bem como das relações de poder. É necessário, contudo, garantir que este exercício não sobrecarregue o processo e que se possa agir com base na informação recolhida.
- Diferenças de opinião: basta usar as conclusões da análise de situação para avaliar se se pode confiar na capacidade dos líderes da comunidade para garantir a inclusão e participação de todos os membros da comunidade, ou devem também participar actores externos, para assegurar que as pessoas que podem ser marginalizadas sejam convidadas e incentivadas a participar?

Exemplos:

- No âmbito do programa GSF no Camboja, a agência executora Plan Internacional faz Mapeamento Participativo de Avaliação Social, que é depois usado em vários programas, incluindo o seu trabalho de CLTS (Dumpert & Ung, 2017).

Despertar

Practical Suggestions:

- Maior ênfase na facilitação de apoio intracomunitário, fazendo perguntas que possam levar a esse apoio, tais como:
 - Quem é que talvez não consiga construir uma latrina?
 - O que a comunidade fará em relação a isso?
 - Quem pode ajudar?
- Fazer registos de presenças nos eventos de despertar, para identificar quem estava e quem não estava presente.
- Ao identificar Líderes Naturais, considerar a possibilidade de incentivar membros de grupos marginalizados a assumir um desses cargos, ou incluí-los nos comités de WASH. Isso pode ser feito durante a identificação inicial ou em etapas posteriores.

Preocupações:

- Ainda há questões pendentes sobre a integração de E&I num processo de despertar para o CLTS.
- Será necessário garantir que o despertar para o CLTS não esteja sobrecarregado e que continue a ser uma actividade que possa ser realizada por uma pequena equipa.

Exemplos:

- A pesquisa de CLTS+ no Malawi fez capacitação de facilitadores de CLTS, que incluiu o envolvimento pró-activo de pessoas com deficiência na fase de despertar. O resultado foi que estas pessoas decidiram criar a sua própria Organização de Pessoas com Deficiência a nível comunitário, para aumentar o apoio mútuo e organizar outras actividades (Jones *et al.*, 2016).
- A WaterAid de Timor-Leste apoiou o governo para acrescentar ao processo de CLTS uma actividade de uma hora, um «jogo da casa de banho» em que as pessoas imaginam que estão grávidas ou têm uma deficiência e tentam usar a casa de banho. Isso é feito durante o despertar ou como actividade de seguimento.

Seguimento Pós-Despertar

Sugestões práticas:

- Dar prioridade aos mais desfavorecidos no processo de seguimento, e também na monitoria.
- Fazer reuniões de seguimento, para discutir quem pode precisar de apoio e discutir posteriormente com as pessoas que forem identificados ou se auto-identifiquem.
- Poderá ser necessário apoio técnico na concepção/construção de latrinas, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade e em zonas ambientalmente mais complicadas, onde haja probabilidade de os problemas de sustentabilidade serem mais frequentes.

Preocupações:

- Há grandes diferenças de opinião sobre como identificar quem precisa de apoio e se isso deve ser feito publicamente. Um argumento sugere que a comunidade possa decidir sem identificar critérios e fazer análises em função desses critérios; que a comunidade simplesmente sabe e dirá quem precisa de apoio. Um argumento alternativo sublinha a necessidade de identificar critérios/classificações com apoio externo.
- Há diferenças de opinião sobre como documentar quem precisa de apoio. Pode ser feito sob a forma de um mapa público ou de um registo. Devem ter-se em conta sensibilidades/estigma, e também o que tem probabilidades de incentivar a acção.

Exemplos:

- No Mali, houve 56 comunidades despertadas pelo UNICEF e pelos seus parceiros em 2011 que não alcançaram o estatuto ODF e foram, por conseguinte, objecto de remobilização. O processo de remobilização começa com uma avaliação comunitária mais intensa dos obstáculos específicos que impedem que se alcance o estatuto ODF. Os problemas mais persistentes identificados foram os seguintes:
 - 1) Coesão social – o comité WASH não merecia a confiança das pessoas, que suspeitavam de corrupção.
 - 2) Má liderança, que levou à marginalização de certos grupos dentro da comunidade.
 - 3) Dificuldades técnicas com o tipo de terreno, que dificultavam a construção de fossas simples.

Foi feita planificação de acção comunitária para tentar ultrapassar esses obstáculos específicos, além de monitoria frequente das actividades planeadas. Segundo informações recebidas mais tarde, 49 destas 56 comunidades alcançaram depois o estatuto ODF (UNICEF, 2017).

Pós-ODF

Sugestões práticas:

- Em comunidades que já são ODF, mas correm o risco de retrocesso, porque as famílias mais pobres e desfavorecidas só conseguem construir latrinas simples ou estão a usar materiais que provavelmente não resistirão ao tempo e a acidentes, considerar o despertar pós-ODF para facilitar E&I como questão de acção colectiva. Desenvolver planos em conjunto para evitar o retrocesso.
- Introduzir apoio adicional (interno/externo) para melhorar a sustentabilidade do ODF e das latrinas para as pessoas que estão em desvantagem.

Preocupações:

- Existe o risco de que, se for dado apoio externo directamente a famílias específicas, sem transparência e participação na tomada de decisões, isso possa afectar negativamente a solidariedade comunitária.

Exemplos:

- Embora os programas do UNICEF, tanto no Mali como nas Filipinas, não se proponham explicitamente abordar E&I na sua programação, as actividades pós-ODF garantiram que o estatuto ODF se prolongue e se mantenha, o que muitas vezes pode atrair as pessoas que poderiam retroceder para o feccalismo a céu aberto.
- No Mali, o UNICEF redigiu protocolos para seguimento pós-ODF. Padronizadas para os processos de CLTS, essas actividades incluem auto-avaliação da comunidade, reactivação do comité de WASH e actualização de planos de acção da comunidade para lidar com áreas que precisam de melhoramentos.
- Da mesma forma, no Grau 2 (G2) da componente de saneamento sustentável da Abordagem Gradual, nas Filipinas, foi integrada monitoria regular da sustentabilidade nos critérios de verificação. Isso significa que não será atribuída certificação de G2, se a comunidade não conseguir provar que tem disposições locais ou registos de monitoria pós-ODF, para garantir que sejam reparadas as latrinas estragadas e resolvidas outras questões de sustentabilidade. O percurso para alcançar o estatuto de G2 proporciona um enfoque para a comunidade continuar a melhorar colectivamente o seu estatuto de saneamento (UNICEF, 2017).

2.2. Identificação e Segmentação

Esta secção destaca alguns dos problemas para identificar quem precisa de apoio e em chegar especificamente a essas pessoas. Os mecanismos governamentais para identificar os mais necessitados e chegar até eles não foram concebidos especificamente a pensar em saneamento. Por conseguinte, as pessoas que se enquadram em certos critérios governamentais podem, na realidade, não ter dificuldades em construir e manter uma casa de banho higiénica, ao passo que outras com verdadeira necessidade de apoio podem ser deixadas de lado.

O quadro abaixo apresenta vários mecanismos de segmentação. Foram divididos segundo o seu grau de relevância para o sector de saneamento.

Menos relevante:	Mais relevante:
<u>Segmentação pela pobreza monetária:</u> centrada nas pessoas com recursos financeiros mais baixos.	<u>Segmentação geográfica:</u> com base em indicadores de pobreza multidimensionais, centrados em WASH, como sejam distritos com pouco saneamento, altas taxas de nanismo/diarreia e áreas com meios ambientes particularmente difíceis para construção de casas de banho.
<u>Auto-segmentação:</u> por exemplo, microcréditos para investir em latrinas, ou programas de trabalho remunerado para construir/manter a infra-estrutura de água da comunidade.	<u>Segmentação por categorias:</u> por grupos etários ou vulnerabilidades socioeconómicas (pobres, minorias, deficientes, outras vulnerabilidades). Isto geralmente constitui uma segunda camada da orientação geográfica.
<u>Populações em maior risco:</u> exposição, vulnerabilidade e capacidade de fazer face a um acontecimento (por exemplo, uma calamidade natural) que ponha em causa o seu acesso a serviços essenciais.	<u>Segmentação assente na comunidade:</u> com base em critérios definidos, decididos pela comunidade.
	Uma <u>combinação</u> dos mecanismos anteriores.

Exemplos de sistemas de segmentação

Sistemas de Protecção Social do Governo Nacional: Os exemplos são o Pantawid Pamilyang Pilipino Program (4Ps) nas Filipinas, Identificação de Famílias Pobres (IDpoor) no Camboja, e Abaixo do Limiar da Pobreza na Índia. Estes sistemas não foram concebidos para intervenções de saneamento e, por isso, nem sempre são apropriados para identificar os menos capazes de construir e manter as suas próprias latrinas. Existe, porém, um maior potencial de ampliação de escala, dado que estão já a funcionar dentro dos sistemas governamentais e podem ser adaptados às intervenções de saneamento.

SNV Camboja: A SNV trabalhou com o governo distrital e o seu enfoque foi chegar a todas as pessoas num determinado distrito. A organização conseguiu monitorar quem estava a enfrentar dificuldades e conseguir responder às pessoas para quem estava a ser difícil construir casas de banho ou que tinham sido deixadas de lado.

East Meets West, Laos: Foi usado um inquérito à pobreza para identificar os 30% mais pobres, e foram elaboradas fichas de classificação com base nos resultados do inquérito. Os chefes de aldeia e as comunidades foram então consultados sobre quem era seleccionável na aldeia. Isto revela uma mistura de abordagens do topo para base e da base para o topo, numa área em que os sistemas de protecção social do governo são fracos. Apesar disso, não houve alinhamento com outros processos governamentais e verificou-se que a retenção da qualidade ao trabalhar em grande escala pode ser um desafio.

WaterAid, Timor-Leste: Os dados foram recolhidos em smartphones com base em nove critérios. Os resultados foram então apresentados em reuniões nas aldeias e as famílias foram classificadas. Uma análise separada identificou quem podia ser seleccionado para receber apoio e quem precisava de ajuda pós-ODF.

Plan International, Camboja: O Mapeamento Participativo de Avaliação Social, que é uma análise participativa aprofundada que gera informação para segmentação de famílias vulneráveis, tem sido usado no âmbito do programa GSF. Trata-se de um processo demorado e que exige muitos recursos, o que faz com que seja difícil de usar em grande escala; a Plan International usa, porém, a informação para outros programas na aldeia, além da implementação do CLTS.

Classificação do Bem-Estar Liderada pela Comunidade: Este processo é inteiramente liderado pela comunidade sem critérios definidos externamente, o que significa que as decisões pertencem à comunidade; será provavelmente difícil, porém, manter a qualidade ao ampliar a escala, especialmente através dos sistemas governamentais. O processo também é propenso a «captura pela elite».

Principais lições

- É importante que qualquer novo sistema criado seja liderado pelo governo e não seja executado em paralelo ou em oposição a sistemas estabelecidos. A triangulação de vários métodos poderá garantir que tal não aconteça com qualquer novo sistema de segmentação que seja estabelecido.
- A melhor combinação dependerá dos objetivos do programa, bem como do contexto do país.
- Qualquer combinação de métodos deve ter em conta os critérios de segmentação, a relação custo-eficácia, uma identificação atempada de beneficiários e a capacidade nacional de análise e de implementação.
- Devem maximizar-se os dados do inquérito aos utentes dos sistemas nacionais de identificação de famílias e conjugá-los com dados da comunidade, para garantir que ninguém seja excluído.
- Também pode ser útil a utilização de um mecanismo de reclamações, para receber comentários de pessoas potencialmente excluídas.

2.3. Sequência dos Mecanismos de Apoio: otimizar e aumentar o CLTS

Esta seção examina a sequência dos mecanismos de apoio e em que alturas do processo de CLTS estes mecanismos devem ser introduzidos, se forem introduzidos. Esta é uma área que é essencial ponderar, de modo a evitar o seguinte:

- Pôr em causa os princípios do CLTS de soluções vindas do interior e apoio com origem na própria comunidade.
- Pôr em causa a liderança da comunidade local e o seu empenho na mobilização de recursos locais.
- Forçar as famílias muito pobres e vulneráveis a investir muito em instalações de casa de banho que podem não durar muito se não conseguirem mantê-las/reconstruí-las.

Devem ser tomadas decisões para determinar a sequência da introdução de diversos tipos de apoio. Estas decisões são as seguintes:

- O resultado desejado; por exemplo, queremos:
 - Alcançar o ODF?
 - Impedir o retrocesso?
 - Levar famílias sem acesso a tecnologias adequadas a subir a «escada do saneamento»?
 - Tentar combinar estes resultados?

- A escala desejada: é distrital ou regional, em vez de apenas um conjunto de aldeias?
- Prazo:
 - Uma Organização Não Governamental (ONG) pode estar a trabalhar com financiamento com um prazo limitado, com alguma incerteza na focalização dos esforços para criar liderança ao nível local, para mobilização colectiva do apoio intracomunitário. Para evitar essa incerteza, as limitações de tempo podem incitar a ONG a recorrer ao fornecimento de apoio material para alcançar os objectivos de saneamento com os quais se comprometeu.
 - Em contrapartida, se um país tem uma política nacional que desincentiva o apoio com materiais, os parceiros de desenvolvimento podem ser incitados, ou até obrigados, a encontrar maneiras de lidar com a incerteza e a empenhar-se na criação de liderança.

Estudos de caso

Não há, actualmente, dados claros que demonstrem se os mecanismos de apoio externos devem ser introduzidos na fase pré-ODF ou na fase pós-ODF para ajudar os mais necessitados a subir a «escada de saneamento». Apresentam-se abaixo exemplos que demonstram êxito em ambos os casos.

Pré -ODF

Um programa da **SNV** no **Camboja** forneceu casas de banho com selo hidráulico num período limitado e com desconto a todos os agregados familiares identificados como pobres depois do despertar e quando a comunidade atingiu uma cobertura de casas de banho em 80% dos lares. Os líderes da aldeia sabiam de antemão desse mecanismo de apoio adicional. Apesar disso, o subsídio não foi divulgado ao nível da aldeia e foi mantido em segredo até terem sido atingidos 80% dos objectivos.

East Meets West no **Vietname** tinha três tipos de mecanismos de apoio ^[1]:

- Tipo 1: Um desconto nas compras para todas as famílias certificadas como pobres, quase pobres ou com dificuldades económicas, depois de terem instalado uma casa de banho melhorada. Os agregados familiares eram informados do esquema de apoio através de reuniões comunitárias e visitas domiciliárias.
- Tipo 2: uma recompensa em dinheiro para os comités da aldeia, depois de a cobertura de lares com casa de banho ter subido 30% e um incentivo adicional para chegar aos 75 a 95% de cobertura de lares com casa de banho.
- Tipo 3: Incentivos para sujeitos de deveres (motivadores comunitários, comités comunitários), com base no número de casas de banho construídas, e penalidades para incorrecções nos relatórios de monitoria.

No **Cambodja**, a **Plan International** utilizou as instituições de microfinanças para fazer Transferências Monetárias Condicionais (TMC) para agregados familiares identificados como pobres, depois do despertar e depois de as famílias terem demonstrado avanços positivos, como ter cavado uma fossa ou ter uma instalação para lavagem das mãos a funcionar. O impacto geral de se ter atingido o ODF não foi monitorado; mas está a trabalhar em grande escala, cobrindo 35% do país.

^[1] Foi usado um despertar do tipo do CLTS. O fecalismo a céu aberto é, porém, muito raro no Vietname e o programa tinha como objectivo incentivar as pessoas que já tinham casas de banho a investir em casas de banho melhoradas.

No Nepal, o Fundo Global de Saneamento tem trabalhado com o **Governo Nacional**. Embora a política nacional não permita nenhum subsídio externo, há espaço para o apoio local por parte de empresas, organizações e associações locais, entre outros. O tipo de apoio é determinado pelos Comitês de Desenvolvimento da Aldeia (CDAs). Este apoio só pode ser fornecido quando uma comunidade alcança uma cobertura de 90%, e só nessa altura é que os membros da comunidade são informados desse apoio.

Pós -ODF

A **WaterAid, Timor-Leste**, usa um sistema de vales de desconto após a certificação ODF. Após a certificação, faz-se uma reunião na aldeia e os membros da comunidade são informados do esquema. O processo de selecção leva cerca de 3 dias, usando classificação participativo de bens e vulnerabilidade, e a equipa da WaterAid faz a selecção final de famílias que podem receber apoio.

No **Nepal**, the **Fundo Global de Saneamento** juntamente com o **Governo Nacional**, oferece co-financiamento aos CDAs, até um total de 2000 USD. Após a certificação ODF, o CDA recebe 50% dos fundos, sendo os restantes 50% distribuídos depois de terem desenvolvido um plano de WASH para alcançar o Saneamento Total. Este dinheiro não é usado exclusivamente para apoiar os menos capazes e financia antes uma variedade de actividades relacionadas com sustentabilidade do ODF.

Nas **Filipinas**, está a ser implementada uma **Abordagem Gradual do Saneamento Total** em contextos de desenvolvimento e de ajuda humanitária. A primeira fase (Grau 1) centra-se na obtenção de Zero Fecalismo a Céu Aberto (Zero Open Defecation, ZOD), ao passo que o Grau 2 e o Grau 3 dizem respeito ao Saneamento Sustentável e ao Saneamento Total, respectivamente. São realizadas actividades pós-ODF para apoiar a consecução dessas fases em sucessão (Robinson & Gnilo, 2016).

Para este fim, foram usadas várias abordagens. Por exemplo, a **Unidade de Governo Local em Milagros, Filipinas**, emite vales para materiais de construção para latrinas, quando se alcança o Grau 1 de ZOD. A informação é divulgada principalmente por Inspectores de Saneamento Rural e pelos Técnicos de Saúde dos Barangays (bairros), que acompanham as famílias individualmente. A nível nacional, o **Departamento de Saúde** realiza um concurso anual para barangays modelos (localidades, distritos ou concelhos). Anualmente, são contemplados 48 barangays (3 por região).

Principais lições

- Se for introduzido apoio externo antes de ser alcançado o estatuto ODF, podem ser mais compatíveis com o CLTS e mais favoráveis a esta metodologia abordagens orientadas pela procura (descontos, vales, descontos, crédito subsidiado, TMC) que abordagens orientadas pela oferta (construção subcontratada, distribuição de materiais).
- Uma manifesta procura de serviços de saneamento pode influenciar a sequência. Embora se possa considerar que uma grande cobertura de saneamento, independentemente do tipo de instalação, representa uma procura de serviços de saneamento, é importante fazer uma análise minuciosa de obstáculos em comunidades com elevada cobertura, mas onde algumas pessoas continuam a praticar o fecalismo a céu aberto. Compreender estes obstáculos pode ajudar a tomar decisões sobre a sequência do apoio externo. As formas de apoio podem ser de natureza financeira ou não financeira, consoante os obstáculos identificados. Nos casos em que a cobertura de saneamento é geralmente elevada e os obstáculos provêm da falta de tecnologia adequada, ou da ausência de uma cadeia adequada de fornecimento de produtos

de saneamento, a questão não é forçosamente de acessibilidade. Pode ser antes uma questão de disponibilidade e pode ser abordada como tal.

- Quer sejam dados antes ou depois da certificação ODF, os subsídios externos não devem penalizar aqueles que estão motivados ou que adoptaram imediatamente o saneamento.
- Recompensar o facto de a comunidade se ter tornado ODF ou alcançar um nível secundário de metas de saneamento pode ser uma maneira de proporcionar mais incentivo e reconhecimento aos líderes locais e à comunidade como um todo. As recompensas não têm forçosamente de ser financeiras:
 - Reconhecimento: celebração de aniversário ODF ao fim de um ano.
 - Reconhecimento: celebração de aniversário ODF ao fim de um ano.
- «Subsídios invisíveis» podem ser um mecanismo útil:
 - Por exemplo, fornecendo subsídios da cadeia de fornecimento em todo o mercado, para locais muito remotos, onde a disponibilidade de materiais locais é muito limitada e os preços de cimento/materiais são muito elevados. Um governo ou uma agência de apoio externa pode subsidiar os custos de transporte de materiais. Em Nusa Tenggara Barat, Indonésia, os custos de transporte de material das populações remotas foram subsidiados para os tornar mais acessíveis.
 - Os prémios de seguro de saúde podem incluir bens/serviços de saneamento gratuitos ou a preço reduzido (como, por exemplo, o esvaziamento de fossas de latrinas/fossas sépticas), ou descontos por ter/instalar uma latrina.

Questões e preocupações:

- Há razões para defender que o apoio às famílias para construir uma casa de banho seja dado antes do ODF, por motivos de sustentabilidade? Há boas razões para adiar o ODF? Há vantagens em avançar mais lentamente? Se nos apressarmos para alcançar o ODF, as famílias podem instalar latrinas que não são fáceis de melhorar (devido à concepção e à falta de espaço adicional), dificultando assim a obtenção de sustentabilidade a longo prazo (ou tornando mais difícil o trabalho pós-ODF).
- Questões de segredo: Casos em que, havendo apoio externo disponível no âmbito do programa, essa informação só é divulgada no fim. Isso pode criar muita pressão e stress entre as pessoas que de facto não têm meios para tomar as medidas necessárias. Pode haver uma justificação para o segredo, como seja não perder ímpeto, mas haverá alternativa, sobretudo nos casos em que a política governamental apoia os ultrapobres? É realista manter secretos os incentivos num programa em grande escala?
- Onde devem ser investidos os subsídios? Se for no subsolo (a subestrutura) – um bem público, dado que retira as fezes do ambiente–, isso tem implicações em termos do momento adequado ou da abordagem. Teria sentido fornecer apoio aos menos capazes antes de eles fazerem qualquer investimento, em vez de fornecer outro tipo de apoio inicial depois de já terem construído alguma coisa?
- Com esquemas de recompensa comunitária, existe o risco de que apenas as «boas» comunidades sejam apoiadas, deixando ainda mais atrasadas as comunidades que não conseguiram fazer mudanças. É necessário compreender os motivos pelos quais não se alcança o estatuto ODF e ponderar que outros mecanismos de apoio podem ser usados.
- É necessária orientação adicional sobre como definir a sequência do apoio externo para contextos específicos – no caso de situações de emergência ou de áreas densamente povoadas, por exemplo. Parece claro que, quando as comunidades se debatem com questões como o aumento de necessidades de recursos no decorrer de uma emergência ou escassez de recursos na questão do espaço e da posse da terra, essas questões devem ser avaliadas em termos da capacidade colectiva da comunidade de enfrentar esses desafios. Há que ponderar esses contextos específicos, já que podem redefinir a abordagem a usar num

país em termos da sequência do apoio externo.

- As emergências tornam-se catástrofes quando o nível de perigo e risco excede a capacidade da população de reagir ou de assegurar a devida satisfação das suas necessidades. Nestes casos, pode considerar-se o fornecimento de apoio externo imediato. Se esse apoio não for dado, podem perder-se vidas, como se verificou, por exemplo, após o terramoto do Nepal em 2015 e o tufão Haiyan, nas Filipinas, em 2013.
- O saneamento em áreas densamente povoadas é uma questão com que é muito mais difícil lidar internamente no seio de uma comunidade, especialmente quando há escassez de recursos financeiros, de capacidade técnica ou de posse da terra.
- A gestão do lodo fecal deve ser abordada logo desde o início de qualquer programa de CLTS, sobretudo em contextos onde se promovem ou se aplicam certos modelos de casa de banho de melhor nível. Em certos contextos, o desafio para os governos locais e as ONGs é, porém, a capacidade de planear com antecedência e orçamentar actividades preparatórias. É fundamental, porém, reflectir sobre as etapas iniciais, para garantir que haja sistemas seguros de gestão de lodo fecal em funcionamento durante alguns anos.

2.4 Funções e Responsabilidades

Esta secção identifica as diversas funções e responsabilidades das principais partes interessadas. Os principais pontos de discussão são:

- O CLTS considera a comunidade um interveniente com informação privilegiada, o que se deve reflectir nas funções e responsabilidades dos principais interessados.
- Quando for determinada do exterior, a responsabilidade de assegurar processos de identificação e de apoio reforça, em vez de comprometer, os mecanismos existentes de apoio comunitário e a liderança local, sem prejudicar uma participação significativa.
- Como o governo é o principal sujeito de dever, os grupos de cidadãos têm um papel a desempenhar na sua monitoria e exigência de prestação de contas em nome dos titulares de direitos.
- Todas as iniciativas de fornecimento de apoio devem conservar a capacidade de se redimensionarem em maior escala com qualidade, dando prioridade ao papel do governo e ao apoio a acções lideradas pela comunidade.
- A manutenção da responsabilidade a nível local parece funcionar melhor.

Não cabe sempre aos mesmos actores a responsabilidade de implementação e direcção do CLTS, nem a implementação e direcção do CLTS exigem sempre as mesmas capacidades. A implementação requer sólidas competências de facilitação da comunidade e um bom conhecimento de saneamento, ao passo que a direcção implica trabalhar com diversas partes interessadas, fazer acordos, definir parâmetros de referência e garantir inclusão. O mesmo se aplica ao fornecimento de diferentes tipos de apoio.

Podem encontrar-se exemplos de questões a ponderar relativamente às funções e responsabilidades em grande escala no site Expandnet da Organização Mundial de Saúde (OMS) [em inglês] (<http://www.expandnet.net/>):

- Qual deve ser a principal organização implementadora (ou as principais organizações implementadoras)?
- Quem deve chefiar e dirigir?
- Quem deve apoiar? E quem deve financiar? (Há consenso sobre isso?)

Em diferentes contextos, variam os actores que assumem estas funções, assim como os decisores. Além disso, estes actores podem mudar em diferentes etapas do desenvolvimento do sector, desde a aceitação até ao ODF, pós-ODF e fases seguintes. Como o contexto é essencial, é muito mais importante comunicar claramente funções e responsabilidades que centrar-se em quem deve assumi-las.

Funções e responsabilidades do governo, na sua condição de «principal sujeito de dever»

A fim de proporcionar um ambiente favorável, que seja apoiado e mantido por todos, o governo é responsável por:

- Definir uma clara intenção, a nível nacional, de incorporar E&I em planos, políticas, directrizes, protocolos de ODF, etc., embora consagrando a flexibilidade para que os níveis locais de governo determinem o processo.
- Estabelecer padrões de tecnologia que forneçam opções para os mais vulneráveis alcançarem o estatuto de ODF e continuarem depois, permitindo a progressão para um saneamento gerido com segurança.
- Assegurar que os sistemas nacionais de identificação sejam funcionais e transparentes, reconhecendo embora a necessidade de também otimizar a triangulação com outras fontes, pois há potenciais limitações para esses sistemas nacionais, quando não são concebidos pensando no acesso ao saneamento.
- Orientar o sector e harmonizar as abordagens.
- Ligações horizontais a programas de apoio social e grupos de advocacia.
- Monitoria e avaliação, incluindo erros cometidos e impactos negativos.
- Financiamento de serviços de saneamento, quando apropriado.
- Capacitação, aprendizagem e conhecimento.
- Assegurar que facilitadores como os técnicos estatais de saúde sejam apoiados para fazer seguimento pós-despertar e pós-ODF.

Funções e responsabilidades de outros intervenientes

Há várias acções de que devem ser responsáveis ONGs internacionais e nacionais, agências da ONU e pesquisadores. Essas acções são as seguintes:

- Garantir que não sejam causados danos.
- Divulgar aprendizagem e abordagens, mesmo quando as coisas correm mal (e quando correm bem).
- Inovar, testar, ensaiar e ser catalisador para a mudança.
- Fazer ouvir as vozes dos vulneráveis e ajudar com trabalho de advocacia.
- Influenciar os governos e exigir deles prestação de contas no que diz respeito a chegar aos menos capazes e a fazer valer os seus direitos ao saneamento e à higiene.
- Apoiar o conhecimento e a documentação factual, para chegar atempadamente aos decisores (e ao sector no seu todo), divulgando dados e pensamento actualizado, quando estes são necessários e de maior utilidade.
- Tomar decisões assentes em factos comprovados e apoiar o ambiente favorável.
- Ter sempre em consideração como envolver governos a vários níveis em diálogos e reflexões.
- Estabelecer ligações com actores não WASH, como sejam os que têm experiência em protecção social, deficiência, saúde mental, etc.

2.5 Os Diversos Mecanismos e Respectivos Riscos

Cada tipo de apoio apresenta riscos diferentes, dependendo da forma como o programa foi concebido para se dirigir a grupos potencialmente desfavorecidos de uma comunidade, agravados pelo número de intervenientes envolvidos. Esta secção inclui exemplos de diferentes mecanismos inteligentes de subsídio e dos seus potenciais riscos, seguidos de alguns pontos essenciais de aprendizagem.

Exemplos

Descontos monetários: Ajuda à Higiene Comunitária Assente na Produção (Community Hygiene Output-Based Aid, CHOBA), Vietname

Este programa ofereceu um desconto fixo para fornecedores/empreiteiros de saneamento, pagamentos baseados no desempenho para mobilizadores após a conclusão das latrinas e um desconto para as famílias.

Riscos:

- Os custos dos materiais podem variar de zona para zona, o que faz com que algumas famílias paguem preços mais elevados que os de outras zonas.
- A não conclusão de casas de banho aumentou devido aos descontos nas compras. Embora a monitoria seja intensa, o programa dá incentivos aos mobilizadores e exige menos custos iniciais do implementador do programa, já que o ónus é transferido para os fornecedores de saneamento.

Sistema de vales: SNV, Camboja; UNICEF, Filipinas; e WaterAid, Timor

Foram disponibilizados vales para famílias que praticam fecalismo a céu aberto construírem as suas primeiras casas de banho e também outras famílias melhorarem ou aperfeiçoarem latrinas pós-ODF já existentes. A concessão destes vales depende geralmente de as comunidades cumprirem certas condições, como seja alcançar uma percentagem de cobertura pré-ODF ou 100% de certificação ODF. No geral, os vales não cobrem o custo total da construção de uma latrina e muitas vezes têm um prazo limitado.

Riscos:

- Os agregados familiares podem não usar os vales.
- Quando os vales têm prazo, as famílias podem não conseguir mobilizar os seus próprios recursos a tempo.

Recompensas comunitárias/Co-financiamento: Departamento de Saúde, Filipinas; e Governo do Nepal, GSF/UN-HABITAT

As recompensas comunitárias podem ser monetárias ou não monetárias e são dadas às comunidades quando estas alcançam o estatuto ODF. As recompensas comunitárias são um bom incentivo para que um grupo de comunidades se mobilizaram no sentido de obterem melhor saneamento. O co-financiamento é um incentivo financeiro dado às autoridades locais, desde que elas também angariem uma quantia igual de financiamento.

Riscos:

- Com sistemas de recompensa, são excluídas as comunidades com menor cobertura de saneamento e aquelas que muitas vezes necessitam de maior apoio.

- Os governos locais podem não conseguir angariar a sua quota-parte do financiamento.

Empréstimos de saneamento/Instituições de microfinanças (IMFs): Banco Mundial, Filipinas; e CHOBA, Vietname.

Trata-se de empréstimos concebidos e consignados para melhoramentos em instalações sanitárias. Foram concebidos diversos mecanismos para tornar os empréstimos de saneamento mais apropriados para os mais pobres. Nas Filipinas, os reembolsos de empréstimos foram concebidos de modo a incluir uma parte que vai para uma conta de poupança familiar, que é disponibilizada quando se conclui a totalidade do pagamento. No programa CHOBA, os fornecedores dos empréstimos permitiram um período de pagamento mais longo para minimizar a quantia a pagar mensalmente. Os programas podem fazer parcerias formais com bancos ou IMFs, que podem comprometer-se a satisfazer a procura de empréstimos para WASH.

Riscos:

- As populações mais necessitadas podem não receber empréstimos. Os mecanismos que envolvem crédito tendem a excluir pessoas que não cumprem os critérios de elegibilidade para empréstimos, ou que são consideradas de alto risco em termos de reembolso.
- Os empréstimos aumentam a dívida das famílias.
- As IMFs e/ou os bancos atribuem negócios a outros produtos financeiros mais rentáveis que não são de WASH.

Comparticipações/ Contribuições dos agregados familiares: Plan International, Camboja; e SNV, Camboja

A condição para as contribuições externas é que as famílias também contribuam, antecipadamente ou através de reembolsos em prestações. Para se ser eficaz, é importante informar as famílias no início do programa, para lhes dar tempo para fazer poupanças. Os programas também podem permitir pagamentos em prestações e considerar a possibilidade de aceitar contribuições não monetárias, como sejam mão-de-obra ou materiais.

Riscos:

- Não pagamento da contribuição do beneficiário ou participação.
- Os agregados familiares mais pobres podem ser excluídos.

Riscos gerais:

- Muitos mecanismos baseados em empréstimos excluem famílias que enfrentam múltiplas barreiras além da acessibilidade. Podem ser inquilinos ou pessoas sem terra, vivendo em terrenos difíceis ou em meios ambientes complicados.
- As latrinas podem não ser terminadas.
- Muitos mecanismos retiram a apropriação às comunidades, em termos de eficácia para mobilizar recursos.
- As latrinas muitas vezes não cumprem os padrões definidos pelos governos.
- Subvenções, descontos e vales podem não ser utilizados para a finalidade pretendida.
- Os governos ou as ONGs podem ser incapazes de fornecer, executar ou monitorar esquemas de participação.

O mais importante a aprender

- Cada mecanismo de apoio terá seus próprios desafios e concessões a fazer num determinado contexto.
- Devem ser considerados as concessões a fazer durante a concepção de programa antes de este ser implementado, no que diz respeito à definição de estratégias de mitigação de risco.
- É aconselhável articular questões para aprendizagem relacionadas com estas soluções de compromisso da implementação do programa.
- Decida que informação deve ser recolhida para entender como um programa funcionou apesar das concessões que teve de fazer, e recolha essa informação.

3. Princípios Emergentes, Considerações e Recomendações

O grupo trabalhou em conjunto para chegar a um acordo sobre princípios emergentes para a prática do CLTS, além de considerações e recomendações para o sector WASH em geral.

3.1 Princípios Emergentes para a Prática de CLTS

1. Garantir que os menos capazes sejam intencionalmente incluídos em todas as etapas do processo

Seja explícito sobre o reconhecimento, envolvimento e consulta dos menos capazes nos processos de CLTS, incluindo o pós-ODF e a monitoria de sustentabilidade. Certifique-se de que são ouvidos no que têm a dizer, e que são reconhecidas e valorizadas as suas competências e capacidades, seguindo o princípio «nada que nos diga respeito sem a nossa participação».

Reconheça as fraquezas do CLTS que tenham sido comprovadas e que se tornam particularmente visíveis quando a qualidade da implementação e o seguimento são maus. Não parta do princípio que o CLTS chegará aos mais pobres e aos mais vulneráveis e os incluirá, apenas porque os princípios e a retórica dizem que assim é e porque assenta no pressuposto de que as pessoas se ajudarão umas às outras.

2. Reforçar a equidade e a inclusão no ambiente favorável do sector

Certifique-se de que E&I são incorporadas em políticas, estratégias, directrizes e materiais de formação sectoriais das organizações e do governo, incluindo materiais de formação de CLTS e protocolos de verificação de ODF.

Evite políticas e orientações excessivamente rígidas ou prescritivas, que provavelmente não reconhecerão as diversas realidades dos menos capazes. Em vez disso, promova e use estruturas políticas que proporcionem orientação e flexibilidade aos intervenientes locais para identificar os menos capazes e chegar até eles.

São necessárias mais pesquisas que possam servir de base à elaboração de orientações políticas adequadas.

3. reconhecer que o governo é o principal sujeito de dever

Ao reconhecer o papel do governo como principal sujeito de dever, os esforços para fortalecer E&I devem apoiar e fortalecer esse papel, incluindo a responsabilidade do governo de liderar, orientar, regulamentar e monitorar, e de harmonizar as abordagens sectoriais. Quando são tomadas decisões sobre apoio aos menos capazes, estas decisões devem basear-se em consultas e estar em harmonia com os sistemas e políticas governamentais.

4. Visar a grande escala e avaliar cuidadosamente prós e contras

Todas as abordagens devem ser concebidas com uma perspectiva de grande escala, o que exige que os decisores políticos e os responsáveis pela concepção de programas tenham judiciosamente em conta o custo, a simplicidade e a potencial eficácia da implementação em grande escala. Teste abordagens de uma forma que dê conta dos desafios da ampliação. Reconheça que é improvável que haja apoio e facilitação de alta qualidade disponíveis em todas as áreas.

5. Reconhecer que não há uma solução única para todas as situações

Diferentes contextos exigirão uma combinação de soluções diferente, e devem ponderar-se cuidadosamente os respectivos riscos e as concessões que haverá que fazer. Raramente existe uma única abordagem perfeita ou um único mecanismo de apoio que melhore a E&I nos processos de melhoria do saneamento e da higiene. Os programadores, os decisores e os intervenientes locais têm de estar conscientes dos prós e contras, incluindo a relação custo-eficácia e os possíveis impactos de cada abordagem e de cada opção de apoio, antes de decidir qual o apoio ideal para os menos capazes em cada contexto.

Evite reduzir os esforços de E&I a apenas algumas categorias de elevada visibilidade (por exemplo, pessoas com deficiência) ou usar critérios demasiado específicos que limitem o reconhecimento da natureza diversa e variável das pessoas menos capazes em contextos diferentes e momentos diferentes.

6. Comemorar o ODF e reconhecer que o processo não termina aí

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável visam o saneamento gerido com segurança. Os processos pós-ODF precisam, por isso, de começar a levar as comunidades, inclusive as menos capazes, em direcção a esse objectivo. O CLTS sozinho pode não ser capaz de o fazer. Embora possam ser tomadas algumas iniciativas a nível comunitário, esta questão também pode exigir a colaboração com prestadores de serviços e investimentos de grande escala (níveis distrital/municipal). É provável que os menos capazes se deparem com mais desafios ao construir instalações sanitárias geridas com segurança ou no acesso a serviços onde estas instalações estejam disponíveis.

7. Dar prioridade ao apoio local aos menos capazes, sempre que possível

Quer a prestação de apoio venha de dentro ou de fora da comunidade, os programas precisam de continuar a ser orientados pela procura. O apoio local tem menos probabilidades de perturbar e prejudicar os processos comunitários. Quando as comunidades e as autoridades das aldeias prestam apoio aos menos capazes (sob a forma de mão-de-obra gratuita e/ou materiais gratuitos), é mais provável que a segmentação seja rigorosa e que o nível de apoio seja apropriado. Quando são intervenientes externos ou de nível superior a prestar apoio, as decisões sobre a segmentação, e o tipo e nível de apoio devem ser feitas dentro da comunidade ou o mais próximo possível da comunidade. Com medidas de identificação e segmentação externas, corre-se o risco de serem impostos critérios externos e de serem comprometidos os processos locais, o que se crê ter um impacto negativo na melhoria dos resultados e na sustentabilidade.

Pondere os efeitos de qualquer apoio adicional ao CLTS, como mudança de comportamento ou abordagens baseadas no mercado que podem ser afectadas por subsídios que distorçam o mercado, ou outras formas de apoio que possam influenciar negativamente a procura e a participação.

Ainda é necessário aprender mais sobre como envolver e ter em conta as necessidades dos menos capazes, tanto pré-ODF como pós-ODF, de formas que apoiem o processo e evitem a sua ruptura. Recomenda-se vivamente ao sector de WASH e aos sectores com ele relacionados «aprender

fazendo» e partilhar em seguida essa aprendizagem e tomá-la como base para melhoria de políticas, directrizes e práticas.

8. Promover resultados por zona, que salvaguardem o alcance universal

As abordagens por área (abrangendo distritos ou municípios inteiros) exigem que a melhoria do saneamento e da higiene chegue a todos os contextos e populações dentro de uma grande área administrativa. A intenção é visar toda a área pela qual os governos e os líderes locais são responsáveis, de modo a incentivar abordagens inclusivas, equitativas e de grande escala que cheguem a todos os membros da comunidade.

Passar de resultados da comunidade para o nível mais elevado de resultados em toda a área exige uma abordagem de planificação mais estratégica e uma análise cuidadosa de diversos contextos. Desta forma, são reconhecidos e abordados os vários desafios que se colocam (sociais, políticos, económicos, físicos, ambientais), a fim de evitar o risco de chegar apenas ao que «está mais à mão», deixando para trás os menos capazes e os mais difíceis de alcançar.

9. Dar orientações técnicas simples, para garantir o saneamento para todos

O processo de CLTS deve incentivar a inovação comunitária na concepção e na construção da casa de banho. Pode ser necessário, porém, algum apoio de capacitação, para permitir que a comunidade compreenda as opções técnicas relevantes, sobretudo no que diz respeito à facilidade de acesso para pessoas com deficiência e dificuldades de mobilidade e em ambientes físicos complicados. A capacitação para essas opções técnicas também pode ser útil para pedreiros e fornecedores, e para quem trabalhe com a gestão de lodo fecal.

Também pode ser necessária orientação técnica simples, quando a sustentabilidade é baixa. O fornecimento de informação sobre riscos de sustentabilidade e opções para os enfrentar pode transformar latrinas de baixa qualidade em latrinas mais duráveis e higiénicas, sem necessidade de despesas substanciais nem apoio externo.

10. Incluir outros critérios nos processos de monitoria e verificação do ODF

Elabore critérios de E&I na monitoria e verificação ODF e pós-ODF, para avaliar se os processos de CLTS chegaram aos menos capazes, conseguiram parar o fecalismo a céu aberto e criaram melhores comportamentos de higiene e saneamento.

Alguns grupos têm muito maior risco de retrocesso, de saneamento e higiene inadequados e de retorno ao fecalismo aberta que outros. O seguimento pós-ODF e a monitoria da sustentabilidade devem reconhecer esses grupos de alto risco, garantindo que seja dada uma atenção específica à qualidade e sustentabilidade dos resultados dentro desses mesmos grupos. Será necessário fazer orçamentação e capacitação para assegurar uma monitoria e uma avaliação eficazes.

3.2 Considerações e Recomendações para o CLTS e Depois

Considerações

1. Sistemas de apoio complexo requerem recursos e capacidade adequados.

É importante reconhecer que sistemas complexos (como vales, descontos, TMC e monitoria de smartphones) exigem um nível mínimo de experiência, capacidade e recursos. A sustentabilidade desses sistemas, particularmente em ambientes pós-ODF, precisa de ser cuidadosamente ponderada.

Dados das Filipinas sugerem que, embora tenham sido testados muitos sistemas de apoio diferentes, com o apoio e a orientação do UNICEF e de outras ONGs, a maioria dos governos locais voltou aos

subsídios iniciais de material quando o apoio do parceiro de desenvolvimento deixava de estar disponível.

2. Deve reconhecer-se que as abordagens baseadas no mercado raramente são concebidas para chegar aos menos capazes.

Embora algumas famílias pobres usufruam de marketing de saneamento e de microfinanças, os actores do mercado têm geralmente fins lucrativos, pelo que as abordagens devem ser especialmente concebidas para chegar a todos os membros da comunidade. São geralmente necessários mecanismos adicionais para permitir que as abordagens baseadas no mercado cheguem aos menos capazes, incluindo o apoio financeiro consignado.

3. Transparência sobre a prestação de apoio financeiro

Quando se contempla o apoio financeiro, as preocupações sobre potenciais pressões exercidas quando a informação sobre o apoio só é fornecida nas etapas finais do processo sugerem que, sempre que possível, se deve incentivar uma abordagem transparente, para que as pessoas a quem ele se destina tenham conhecimento dos prazos e das condições do apoio.

4. Baixos níveis de apoio podem exigir modalidades mais simples

Pondere os custos de transacção, quando criar mecanismos de apoio. Para sistemas de prestação de apoio mais complexos, baixos níveis de apoio podem ter custos de transacção inadmissivelmente elevados – por exemplo, custos de criação de sistemas, implementação e monitoria. É aconselhável usar formas de apoio mais simples, quando se presta apenas apoio de baixo nível.

Recomendações

1. Incentivar o apoio a acções e resultados colectivos

Em vários países, utilizaram-se recompensas, incentivos e financiamento de resultados por etapas para obtenção de resultados colectivos (por exemplo, nas Filipinas, Timor-Leste, Nepal e Índia), com resultados desiguais. Os dados recolhidos sugerem que o valor financeiro desses incentivos raramente é o principal benefício, sobretudo quando o valor financeiro é baixo. Em geral, outros benefícios, como prestígio e reconhecimento, parecem ser mais valorizados pelos governos e pelas comunidades locais.

São necessários uma monitoria e um seguimento cuidadosos para verificar se esses incentivos colectivos são usados como se pretendia, se os benefícios chegam aos menos capazes e se o fornecimento e o uso desses incentivos não prejudicam outros processos.

2. Apresentar escolhas claras e simples

As famílias rurais podem ter dificuldades em fazer escolhas ou tomar decisões quando se lhes colocam opções desconhecidas e muito amplas. Apresente o apoio num pacote de opções que sejam fáceis de entender e de adoptar; por exemplo, um «balcão único», em vez de ter que comprar vários materiais a vários fornecedores em vários lugares, ou ter de escolher entre longas listas de possíveis opções. Em alternativa, dê informação e orientações que esclareçam as vantagens e desvantagens das opções disponíveis. Escolhas demasiado complicadas podem retardar ou impedir as decisões dos agregados familiares ou o seu investimento em melhores instalações e melhores comportamentos.

3. Definir claramente o saneamento partilhado dentro dos critérios de ODF

Alguns critérios de ODF permitem o uso de instalações sanitárias partilhadas, tanto para reconhecer o uso de instalações por famílias alargadas como para incentivar a alcançar o estatuto ODF. O uso de saneamento partilhado pode variar entre uma boa partilha, com resultados higiénicos e equitativos, e má partilha, com muito piores resultados. Quando a partilha não está bem definida ou não é bem

entendida, e existe uma forte pressão externa para alcançar o estatuto de ODF, há um risco de que os menos capazes possam continuar a partilhar instalações sanitárias de uma forma que faz com que a obtenção do ODF não produza, de facto, resultados desejáveis, equitativos ou sustentáveis.

4. Proteger o processo ODF

O nível a que pode ser introduzido o apoio externo (ou o apoio do governo local) depende dos desafios enfrentados para a obtenção do estatuto ODF e dos critérios específicos definidos para cada contexto. Sempre que possível, porém, o apoio externo deve ser protelado até depois de se atingir o ODF, para não prejudicar os processos comunitários. Quando tiver sido alcançado o estatuto ODF, incentive os governos locais a fornecer apoio pós-ODF, para ajudar os menos capazes a melhorar e aperfeiçoar as instalações sanitárias em prol da sustentabilidade.

4. Lacunas de Conhecimento e Prioridades de Pesquisa

Foram identificadas várias lacunas de dados factuais e questões de pesquisa a que preciso dar atenção com urgência, bem como recomendações sobre como essas questões devem ser abordadas e que processos de pesquisa as tornarão mais úteis para os decisores políticos e os implementadores de programas.

Processos de aprendizagem

Aprender fazendo: É importante incentivar as pessoas do sector a experimentar, documentar, aprender e divulgar. É difícil tirar lições da pesquisa de vários milhões de dólares em assuntos que dependem intrinsecamente do contexto.

Ciclos de feedback rápido: É necessária rapidez para garantir que os dados relevantes sejam comunicados aos implementadores, para resolver o que não estiver a funcionar bem nas comunidades. Em certos casos, pode ser apropriado transmitir a informação às comunidades, mostrar-lhes os dados e os factos comprovados, fazer as avaliações preliminares e deixá-las tirar as suas próprias conclusões sobre como fazer melhoramentos.

Divulgação de falhas: Como os doadores querem ver provas de sucesso, os implementadores comunicam sucesso. É necessária maior coragem para admitir em que é que a implementação não teve êxito. Actualmente, há um medo dos doadores e dos gestores, que obstrui o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem seguro, em que se partilhem falhas e arrependimentos, além do que nos deixa orgulhosos. Se houver poucos incentivos para o fazer, podem impedir-se a abordagem de «aprender fazendo».

Desvios positivos e processos horizontais de aprendizagem: Criam oportunidades para intercâmbios de aprendizagem entre pares, assentes em práticas boas ou promissoras.

Questões Fundamentais

- Que bons exemplos há de programas que funcionam em grande escala com a inclusão integrada ao longo do processo de CLTS: no pré-despertar, despertar, pós-despertar e pós-ODF?
- Num determinado contexto, quem é que tem dificuldades em construir e manter latrinas melhoradas, e quem é que tem dificuldades em subir a «escada do saneamento»? Esses agregados familiares são apoiados pela comunidade?
- Os mais necessitados estão a receber ajuda da comunidade?
- Qual é a melhor maneira de garantir a participação das pessoas que são intencionalmente marginalizadas?

- Como podemos medir a qualidade dos processos comunitários?
- Quando é melhor conceber/apresentar o processo/a abordagem de apoio?
- Que formas específicas de apoio em prol dos pobres são mais eficazes? Quais destas formas inibem os processos liderados pela comunidade? Há dados factuais de que tipos de apoio financeiro, pré-ODF ou pós-ODF, conseguem chegar aos menos capazes com maior êxito e produzir resultados sustentáveis?
- Quais são as formas eficazes de fornecer apoio externo que minimizem o risco de interferência com a mobilização local de apoio intracomunitário, a mudança de comportamento e a procura? Em que contextos? O que podemos aprender com as abordagens já existentes de apoio externo orientado pela procura, como sejam descontos nas compras, descontos a prazo e recompensas ao nível da comunidade?
- Como podemos medir o desempenho de uma intervenção de apoio em prol dos pobres?

5. Pontos de Acção

Ao avançar, há uma série de actividades que poderiam ajudar a operacionalizar alguns dos princípios emergentes e principais recomendações.

1. *Usar sistemas de identificação concebidos para saneamento e higiene*

A maioria dos sistemas de segmentação de pobreza do governo (ou outros) não estão concebidos para identificar as pessoas que «não conseguem construir elas próprias uma latrina, ter acesso a ela ou fazer a sua manutenção». Algumas pessoas que podem ser consideradas desfavorecidas podem, ainda assim, ter a capacidade e a vontade de construir as suas próprias instalações sanitárias, enquanto outras podem não ter os recursos nem o apoio familiar necessários.

São necessários esforços adicionais para determinar quem, dentro desses grupos identificados pela comunidade, se qualifica para outros apoios governamentais (por exemplo, programas de TMC) e quem está actualmente excluído de outro apoio. Sempre que possível, deve incentivar-se a convergência dos processos de segmentação e identificação, mantendo esses processos tão simples e ampliáveis para grande escala quanto possível.

2. *Ligações com grupos existentes que representem grupos desfavorecidos*

Procure conselhos e apoio de pessoas de fora do sector de WASH. Estabeleça ligações com organizações existentes com experiência de representação de grupos desfavorecidos – por exemplo, Organizações de Pessoas com Deficiência e grupos de defesa dos direitos dos cidadãos. Estes grupos constituem também um recurso para sensibilização, capacitação e mecanismos de responsabilização para proteger os direitos dos menos capazes.

3. *Fornecer capacitação apropriada em matéria de equidade e inclusão*

As adaptações às políticas e às directrizes devem ser acompanhadas de capacitação para dar novas orientações aos funcionários, incluindo os formadores e implementadores existentes. As pessoas de todos os níveis (dos facilitadores de CLTS até aos líderes nacionais e aos decisores) podem precisar de oportunidades de capacitação – e apreciá-la – sobre a questão de E&I no seu trabalho, sobre trabalho com grupos desfavorecidos ou menos capazes, e sobre como garantir que ninguém seja excluído.

Todas as partes interessadas devem estar conscientes do princípio de «não causar dano» e seguir um código de conduta adequado nas interações com os menos capazes e potencialmente desfavorecidos.

4. Monitorar os programas de CLTS – os anteriores e os actuais

A qualidade dos processos participativos comunitários pode variar muitíssimo de pequena para grande escala, dado que são geralmente influenciados por processos locais e relações de poder. São necessários controlos de rotina para verificar até que ponto são fiáveis os processos comunitários e garantir que os menos capazes não sejam deixados para trás.

Devem fazer-se controlos de sustentabilidade e equidade também em zonas anteriormente declaradas ODF.

5. Aprender fazendo

Deve utilizar-se pesquisa orientada para a acção para colmatar as lacunas de dados factuais que precisem de atenção imediata. Centre-se em abordagens bem-sucedidas para identificar os menos capazes e para compreender as potenciais barreiras à participação e inclusão em cada etapa do processo de CLTS/pós-ODF, bem como os desafios colocados pela manutenção de instalações de higiene sanitária.

6. Recolha e divulgação de conhecimentos

Documente exemplos de desvios positivos que incorporaram a inclusão nos processos de CLTS ou introduziram modelos de apoio externo. Mapear diversas abordagens aos níveis global, regional e nacional pode ser um primeiro passo útil. Os governos e os parceiros devem facilitar o intercâmbio de aprendizagem horizontal e vertical, para garantir que as vozes dos menos capazes e dos implementadores no terreno possam contribuir para a elaboração de políticas e orientações.

6. Bibliografia

- Cambodian Ministry of Rural Development (2016) *National Guidelines on WASH for Persons with Disabilities and Older People*, [http://helpagecambodia.org/en/public/source/resource/National%20Guidelines%20on%20WASH%20for%20Persons%20with%20Disabilities%20and%20Older%20People%20\(final%20draft\)/National%20Guideline%20WASH%20for%20PWDOP%20 ENG Final.pdf](http://helpagecambodia.org/en/public/source/resource/National%20Guidelines%20on%20WASH%20for%20Persons%20with%20Disabilities%20and%20Older%20People%20(final%20draft)/National%20Guideline%20WASH%20for%20PWDOP%20 ENG Final.pdf), consultado a 28 de Setembro de 2017
- Cavill, S. com Chambers, R. & Vernon, N. (2015) “Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação”, *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias* Número 4, Brighton: IDS, http://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/Sustentabilidade_e_CLTS_Ponto_da_Situa%C3%A7%C3%A3o_0.pdf consultado a 28 de Setembro de 2017
- Dumpert, J. and Ung, K. (2017) *A Retrospective Review of Phase 1 of CRSHIP: A Collaborative Approach to Delivering Sanitation and Hygiene at Scale*, http://wsscc.org/wp-content/uploads/2017/05/CRSHIP-1-Retrospective-Review-Brief_ENG.pdf, consultado a 28 de Setembro de 2017
- Government of Nepal (2011) *Sanitation and Hygiene Master Plan*, <http://washinschoolsmapping.com/wengine/wp-content/uploads/2015/10/Nepal-Government-Sanitation-and-Hygiene-Master-Plan.pdf>, consultado a 28 de Setembro de 2017
- Halcrow, G., Rautavuoma, P. and Choden, T. (2014) *Tailoring pro-poor support strategies with local governments to improve sanitation services* www.snv.org/public/cms/sites/default/files/explore/download/snv_practice_brief_-_pro_poor_support_to_improve_sanitation.pdf, accessed 28 September 2017
- House, S., Cavill, S. and Ferron, S. (2017a) ‘Igualdade e Não-Discriminação (IGND) em programas de saneamento de grande escala’, Parte 1 de 2, *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias* Número 10, Brighton: IDS, http://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/Fronteiras10_IGND.pdf
- House, S., Ferron, S. and Cavill, S. (2017b) *Scoping and Diagnosis of the Global Sanitation Fund’s Approach to Equality and Non-Discrimination (EQND)*, Water Supply and Sanitation Collaborative Council, <http://wsscc.org/wp-content/uploads/2017/08/GSF-EQND-Study-EN.pdf>, consultado a 28 de Setembro de 2017
- Jones, H., Singini, W., Holm, R.H. and White, S. (2016) ‘CLTS+: making CLTS ever more inclusive’, *39th WEDC International Conference*, Kumasi, Ghana www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/Jones_Making_CLTS_ever_more_inclusive.pdf
- Murta, J. (2017) *Proceedings of the Learning Event on Rural Sanitation: “Universal access and use of sanitation and hygiene services, what works?”* www.snv.org/public/cms/sites/default/files/explore/download/snv_proceedings_of_the_la_mpung_ssh4a_learning_event_2017.pdf, accessed 28 September 2017
- Myers, J., Maule, L., Gnilo, M., Chambers, R. and Cavill, S. (2017) ‘Apoiar os Menos Capazes ao Longo do CLTS e Depois do CLTS’, *Nota de Reflexão* 3, Brighton: IDS http://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/Apoiar_os_Menos%20Capazes_0.pdf
- Robinson, A. and Gnilo, M. (2016) ‘Promoting choice: smart finance for rural sanitation development’, in P. Bongartz, N. Vernon and J. Fox (eds), *Sustainable Sanitation for All: Experiences, challenges, and innovations*, Rugby: Practical Action Publishing Ltd: 223-144 www.developmentbookshelf.com/doi/pdf/10.3362/9781780449272.014, consultado a 28 de Setembro de 2017
- UNICEF (2017) *UNICEF Field Notes on Community Approaches to Total Sanitation: Learning for Five Country Programmes*

www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/UNICEF_CATS_Field_Notes_5countrylearning.pdf, consultado a 28 de Setembro de 2017

WaterAid (2017) *Empowering people with disabilities in Timor-Leste*, <https://www.youtube.com/watch?v=oRPNsZvKxKs&feature=youtu.be>, consultado a 28 de Setembro de 2017

Anexos

Lista de Participantes

Nome	Organização
Alex Grumbley	WaterAid, Timor-Leste
Andy Robinson	Independent Consultant
Chander Badloe	UNICEF, East Asia and Pacific Regional Office
Clement Bisserbe	ID Insight
Elmira Bacatan	UNICEF, Philippines
Gabrielle Halcrow	SNV, Asia
Hang Hybunna	Plan International, Cambodia
Hanh Nguyen	East Meets West, Cambodia/Vietnam
Jamie Myers	Institute of Development Studies
Janina Murta	Institute of Sustainable Futures, University of Technology, Sydney
Jeff Albert	WASHPaLS
Louise Maule	UNICEF, Philippines
Michael Gnilo	UNICEF Headquarters
Robert Chambers	Institute of Development Studies
Rolando Santiago	Philippines Government
Sarah House	Independent Consultant
Stacey Townsend	Institute of Development Studies
Sudha Shrestha	UN-HABITAT Nepal
Sue Cavill	Independent Consultant



Imagem acima: Fotografia do Grupo de Participantes

Apoio aos Mais Pobres e Mais Vulneráveis em Programas de CLTS

O CLTS Knowledge Hub e o UNICEF organizaram nas Filipinas, em Maio de 2017, um workshop com enfoque na Ásia, intitulado «Apoiar os mais pobres e mais vulneráveis nos programas de CLTS». O evento reuniu pessoas com experiência de trabalho directo, apoio ou pesquisa em programas de CLTS em todo o continente. Ao longo de cinco dias, os participantes, representando diversas organizações, exploraram maneiras de se poder apoiar os mais pobres e mais vulneráveis, tanto pelo reforço do processo CLTS como pela introdução de mecanismos de apoio.

Este Documento de Aprendizagem é mais do que apenas um resumo ou um registo do evento, e pretende constituir um ponto de partida para a discussão deste assunto essencial continuar dentro do sector de WASH. O documento centra-se no reforço do processo de CLTS, na identificação e segmentação de pessoas para serem apoiadas, na sequência dos mecanismos de apoio, nas funções e responsabilidades dos intervenientes e nos diferentes mecanismos de apoio e respectivos riscos. Termina com o resumo de alguns princípios emergentes, considerações e recomendações que não são relevantes apenas para os programas de CLTS, mas também para outras abordagens, que estão todas a trabalhar para um saneamento equitativo e adequado para todos até 2030.

Jamie Myers, Investigador, CLTS Knowledge Hub

Michael Gnilo, Especialista de Saneamento e Higiene, UNICEF

Citação correcta: Myers, J. e Gnilo, M. (eds.) (2017) "Apoio aos Mais Pobres e Mais Vulneráveis em Programas de CLTS", Documento de reflexão do CLTS Knowledge Hub, Brighton: IDS

Primeira edição: 2017

© Institute of Development Studies 2017

Alguns direitos reservados – ver licença de direitos de autor para mais informação.

ISBN 978-1-78118-400-4

Para mais informações, contacte:

CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies,
University of Sussex, Brighton, BN1 9RE

Tel: +44 (0)1273 606261

Email: CLTS@ids.ac.uk

Site: <http://www.communityledtotalsanitation.org>

Esta série foi licenciada com uma licença Creative Commons de Atribuição-NãoComercial-Sem Derivações 3.0 Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>).

Atribuição: Deve atribuir o devido crédito da maneira especificada pelo autor ou licenciante.

NãoComercial: Não pode usar este trabalho para fins comerciais

Sem Derivações: Não pode alterar, transferir ou transformar este trabalho.

Os utentes podem copiar, distribuir, exibir, traduzir ou levar à cena este trabalho sem autorização por escrito. Para cada novo uso ou distribuição, deve deixar claro para terceiros os termos da licença desta obra. Se usar o trabalho, pedimos que faça referência ao site do CLTS (www.communityledtotalsanitation.org) e envie uma cópia do trabalho ou um link para a sua utilização em linha para o seguinte endereço: CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido (CLTS@ids.ac.uk).



Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, ASDI. A ASDI não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente aos autores.



The CLTS Knowledge Hub

Institute of Development Studies
at the University of Sussex,
Brighton BN1 9RE

Email us: CLTS@ids.ac.uk

Tel: +44 (0)1273 606261; Fax: +44 (0)1273 621202

IDS, instituição particular de solidariedade social:
Instituição de Solidariedade Social. 306371;
Registada em Inglaterra 877338;
Nº de IVA. GB 350 899914